

RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.783 - SP (2017/0193200-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **SOLUCOES EM AÇO USIMINAS S.A**
ADVOGADOS : **MÁRCIA ARAÚJO SABINO DE FREITAS E OUTRO(S) - SP323959**
 : **WERTHER BOTELHO SPAGNOL - SP302330**
 : **OTTO CARVALHO PESSOA DE MENDONCA - SP260681**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **RIO NEGRO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE AÇO S/A**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A., em 25/08/2016, por meio do qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. ADUANEIRO. BENEFÍCIO FISCAL. ART. 19 DO DECRETO-LEI N. 37/66. IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO SEM SIMILAR NACIONAL. IRRETROATIVIDADE DA PORTARIA/MF N. 10, DE 20 DE JANEIRO DE 1997. INTELIGÊNCIA DO ART. 144 DO CTN.

I. A apuração da inexistência de similaridade da mercadoria importada com equipamento nacional deve ser precedida da importação, a fim de que seja reconhecido o direito antecedente da isenção. Na sistemática vigente na ocasião dos fatos, antes do pedido/autorização da importação protocolizado no DECEX/CACEX (art. 19, parágrafo único, do Decreto n. 37/666).

II. A legislação tributária de regência do lançamento é aquela vigente ao fato gerador, de modo que é inadmissível sua aplicação retroativa (art. 144 do CTN). Na hipótese dos autos, a importação antecedeu à Portaria/MF n. 10, de 20 de janeiro de 1997 – a qual alterou para zero a alíquota do imposto de importação sobre mercadoria importada – não sendo possível sua aplicação retroativa (Precedente do E. STJ).

III. Agravo desprovido" (fl. 287e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 355/361e).

No Recurso Especial, interposto com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de divergência jurisprudencial e violação ao disposto nos arts. 179 do CTN, 1º e 23 do Decreto-lei 37/66, 86, 87 e 200 do Decreto 91.030/85.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"Como visto, o acórdão recorrido assentou que a empresa não

poderia gozar da isenção prevista no art. 17, do Decreto-lei 67/66, haja vista que, (i) à época em que ocorreu a importação, ainda não tinha sido publicada a Portaria/MF nº 10/97 e (ii) sua aplicação retroativa encontra óbice quanto ao que dispõe o art. 144 do CTN.

Todavia, nota-se que o Tribunal 'a quo' não se atentou de maneira devida ao teor do artigo 179 do CTN. É ver:

(...)

Com efeito, a isenção, quando concedida em caráter especial, como é o caso dos autos, perfaz-se com o reconhecimento da Administração de que o interessado gozava do direito de não se submeter à incidência do imposto quando formalizou seu pedido, por atender aos requisitos legais. Trata-se, portanto, de uma decisão com eficácia meramente declaratória, que reconhece a situação pré-existente à sua publicação.

Por este motivo, o ato que reconhece o direito à isenção tem efeitos 'ex tunc', retroagindo, portanto, à época em que o contribuinte formalizou seu pedido junto à administração pública. É esta, inclusive, a posição deste Eg. Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, externada em inúmeros julgados" (fls. 372/373e).

Requer-se, por fim, "o conhecimento e provimento do Recurso Especial, seja com fundamento na alínea 'a' do inc. III, do art. 105, da CR/88 (por ofensa aos dispositivos legais indicados nos tópicos 4.1 e 4.2), seja com esteio na alínea 'c' do mesmo dispositivo (tópico 5), com a consequente reforma do acórdão recorrido, para se conceder a segurança pleiteada na petição inicial" (fl. 387e).

Contrarrazões às fls. 428/430e.

Recurso Especial admitido (fls. 432/434e).

O presente recurso merece prosperar.

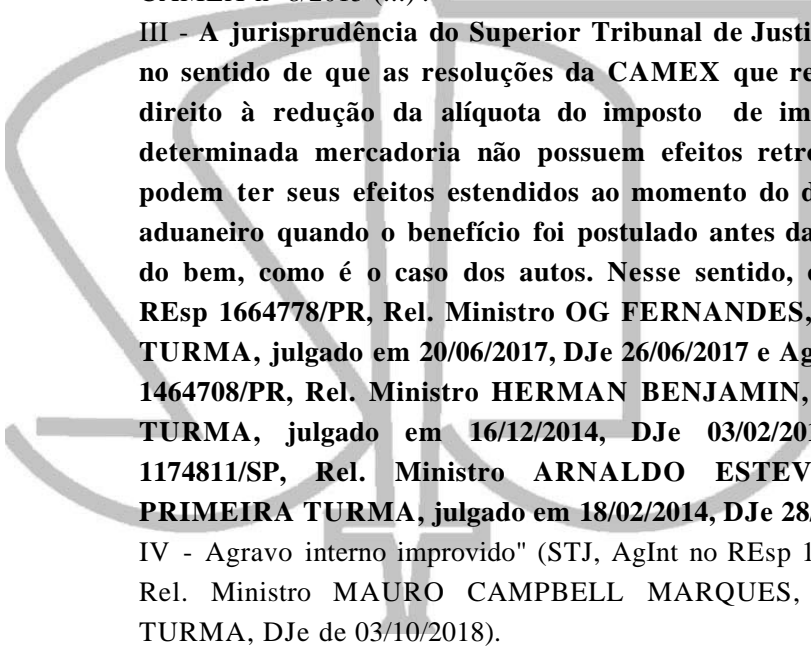
A jurisprudência do STJ encontra-se atualmente pacificada no sentido de que, embora as Resoluções da CAMEX não tenham eficácia retroativa, podem ter seus efeitos estendidos ao momento do desembaraço aduaneiro, quando o benefício da redução/isenção do imposto (regime ex tarifário) tenha sido postulado antes da importação do bem.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. EX TARIFÁRIO. RESOLUÇÃO DA CAMEX POSTERIOR AO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA. SEM EFEITOS RETROATIVOS. EFEITOS ESTENDIDOS. BENEFÍCIO POSTULADO ANTES DA IMPORTAÇÃO DO BEM. PRECEDENTES STJ.

I - Na origem, cuida-se de mandado de segurança, em caráter

preventivo, impetrado contra ato coator do Senhor Inspetor Chefe da Alfândega do Porto de Paranaguá - Receita Federal do Brasil, objetivando que a autoridade impetrada realize normalmente o processamento dos despachos aduaneiros, já iniciados (em curso) ou futuros, com observância do regime 'ex-tarifário'.

II - O Tribunal de origem, à fl. 205, ao discorrer acerca da resolução n. 8/2015 da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), a qual possui a legitimidade para reduzir a alíquota do imposto de importação, consignou que 'a impetrante requereu a renovação do benefício 'ex-tarifário', em relação aos bens de capital que são objeto desta demanda, ao MDIC em 05/04/2016 e 17/05/2016, ou seja, antes do registro das declarações de importação (fato gerador do imposto de importação) e antes também do término da vigência da Resolução CAMEX nº 8/2015 (...)'.


III - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que as resoluções da CAMEX que reconhecem o direito à redução da alíquota do imposto de importação de determinada mercadoria não possuem efeitos retroativos, mas podem ter seus efeitos estendidos ao momento do desembaraço aduaneiro quando o benefício foi postulado antes da importação do bem, como é o caso dos autos. Nesse sentido, confirmam-se: REsp 1664778/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 26/06/2017 e AgRg no REsp 1464708/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 03/02/2015 e REsp 1174811/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 28/02/2014).

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.695.078/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/10/2018).

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. CONCESSÃO DE 'EX TARIFÁRIO'. MERCADORIA SEM SIMILAR NACIONAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTA. RECONHECIMENTO POSTERIOR DO BENEFÍCIO FISCAL. MORA DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDADA.

1. A concessão do benefício fiscal denominado 'ex tarifário' consiste na isenção ou redução de alíquota do imposto de importação, a critério da administração fazendária, para o produto desprovido de similar nacional, sob a condição de comprovação dos requisitos pertinentes.

2. 'O princípio da razoabilidade é uma norma a ser empregada pelo

Poder Judiciário, a fim de permitir uma maior valoração dos atos expedidos pelo Poder Público, analisando-se a compatibilidade com o sistema de valores da Constituição e do ordenamento jurídico, sempre se pautando pela noção de Direito justo, ou justiça' (Fábio Pallaretti Calcini, O princípio da razoabilidade: um limite à discricionariedade administrativa. Campinas: Millennium Editora, 2003).

3. A injustificada demora da Administração na análise do pedido de concessão de 'ex tarifário', somente concluída mediante expedição da portaria correspondente logo após a internação do bem, não pode prejudicar o contribuinte que atuou com prudente antecedência, devendo ser assegurada, em consequência, a redução de alíquota do imposto de importação, nos termos da legislação de regência.

4. A concessão do 'ex tarifário' equivale à uma espécie de isenção parcial. Em consequência, sobressai o caráter declaratório do pronunciamento da Administração. Com efeito, se o produto importado não contava com similar nacional desde a época do requerimento do contribuinte, que cumpriu os requisitos legais para a concessão do benefício fiscal, conforme preconiza o art. 179, 'caput', do CTN, deve lhe ser assegurada a redução do imposto de importação, mormente quando a internação do produto estrangeiro ocorre antes da superveniência do ato formal de reconhecimento por demora decorrente de questões meramente burocráticas.

5. Recurso especial conhecido e provido. Sentença restabelecida" (STJ, REsp 1.174.811/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/02/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial.

Sem honorários. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora